



---

**RESOLUÇÃO Nº 05/2004**

**Dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos atuais e futuros Prefeitos Municipais por ocasião da transmissão do cargo.**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 47 da Constituição Estadual, artigos 2º e 4º da Lei Complementar nº 11, de 18 de dezembro de 1991 e alínea “n” do inciso IV do artigo 26 da Resolução 02, de 21 de maio de 2002, e

**CONSIDERANDO** que em 31 de dezembro do exercício findo expirar-se-ão os mandatos dos atuais Prefeitos Municipais, e que em 1º de janeiro do exercício seguinte ainda não estão confeccionados os Balancetes do mês de dezembro, bem como o respectivo Balanço Geral, fato este que pode ocasionar maior dificuldade à regular transmissão do cargo;

**CONSIDERANDO** que, ao não dispor o Município das demonstrações contábeis legalmente exigidas, tampouco de outras elucidativas da situação orçamentária, financeira e patrimonial, o ato de recebimento do cargo, por parte dos novos Prefeitos, pode ser afetado;

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal nº 10.609, de 21.12.2002, criou a figura de transição de governo, facultando ao candidato eleito para o cargo de Presidente da República o direito de instituir equipe de transição no âmbito do governo federal;

**CONSIDERANDO**, finalmente, que ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso compete emitir orientações acerca da transmissão dos cargos aos Prefeitos



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fl. _____
Rub. _____

eleitos para o mandato que se inicia em 1º de janeiro do exercício seguinte, além de lhe interessar que a esse ato sejam asseguradas suficientes garantias à elaboração de uma demonstração contábil confiável e dentro dos parâmetros legais, necessárias a uma regular transmissão;

**RESOLVE:**

*(\*) Redação dada pela Resolução nº 08 de 26.10.04:*

**Art. 1º O atual Prefeito Municipal deverá constituir, tão logo o novo Prefeito seja declarado eleito pela Justiça Eleitoral, uma Comissão de Transmissão de Governo, integrada pelo secretário de Finanças, pelo secretário de Administração, pelo responsável pelo Controle Interno ou setor contábil e por pessoa (s) indicada(s) pelo Prefeito recém-eleito”.**

*(\*) Redação anterior:*

**Art. 1º - O atual Prefeito Municipal deverá constituir, tão logo o novo Prefeito seja diplomado pela Justiça Eleitoral, uma Comissão de Transmissão de Governo, integrada pelo secretário de Finanças, pelo secretário de Administração, pelo responsável pelo Controle Interno ou setor contábil e por pessoa (s) indicada(s) pelo Prefeito recém-eleito.**

**Art. 2º - A Comissão constituída nos termos do artigo 1º providenciará a apresentação dos seguintes documentos:**

I – Orçamento Anual e Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício seguinte, nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), combinado com o estabelecido na Emenda Constitucional nº 25, esta última acompanhada dos seus anexos:



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fl. _____
Rub. _____

- a) Anexo de Metas Fiscais, previsto nos §§ 1º e 2º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- b) Anexo de Riscos Fiscais, previsto no § 3º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II – Plano Plurianual.

III – Demonstrativo dos saldos disponíveis, transferidos do exercício findo para o exercício seguinte, da seguinte forma:

- a) TERMO DE CONFERÊNCIA DE SALDO EM CAIXA, onde se firmará valor em moeda corrente encontrado nos cofres municipais em 31 de dezembro do exercício findo, e, ainda, os cheques em poder da Tesouraria, conforme MODELO 01, anexo à presente Resolução;
- b) TERMO DE VERIFICAÇÃO DE SALDOS EM BANCO, onde serão anotados os saldos de todas as contas correntes mantidas pela municipalidade em estabelecimento bancário, acompanhado de extratos que indiquem expressamente o valor existente em 31 de dezembro do exercício findo, conforme MODELO 02, anexo à presente Resolução;
- c) CONCILIAÇÃO BANCÁRIA, segundo o MODELO 03, anexo, que deverá indicar o nome do Banco, o número da conta, o saldo demonstrado no extrato, os cheques emitidos e não descontados (conciliação), os créditos efetuados e não liberados, os débitos autorizados e não procedidos pela Instituição;
- d) RELAÇÃO DE VALORES pertencentes a terceiros e regularmente confiados à guarda da Tesouraria (ex: caução, cautelas, etc.)



IV – DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR, referentes aos exercícios anteriores àqueles relativos ao exercício findo, com cópias dos respectivos empenhos, nos moldes do MODELO 04 anexo;

V – Relação das despesas realizadas, porém não empenhadas, distinguindo as quitadas das não quitadas no exercício, conforme MODELO 05 em anexo;

VI – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna, bem como de operações de crédito por antecipação de receita não quitadas, conforme MODELOS 06 e 06-A, respectivamente, anexos.

VII – Relações dos documentos financeiros de longo prazo, decorrentes de contratos de execução de obras, consórcios, convênios e outros, caracterizando o que já foi pago e o saldo a pagar.

VIII – Relação atualizada dos bens patrimoniais, segundo o MODELO 07 em anexo;

IX – Levantamento dos bens de consumo existentes em Almoxarifado, segundo o MODELO 08 em anexo;

X – Levantamento da situação dos servidores municipais, em face do seu Regime Jurídico Único e Quadro de Pessoal do Município, regularmente aprovados por lei municipal, para fins de averiguação das demissões efetuadas, observando-se:

- a) servidores estáveis, assim considerados por força do artigo 19 do ADCT/CF, se houver;
- b) servidores pertencentes ao Quadro Suplementar, por força do não enquadramento no artigo 19 do ADCT/CF, se houver;
- c) servidores admitidos através de concurso público, indicando seus



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fl. _____
Rub. _____

vencimentos iniciais e data de admissão, bem como o protocolo de sua remessa ao Tribunal de Contas;

- d) pessoal admitido por prazo determinado a partir de 2 de janeiro do primeiro exercício do mandato que se finda, todos nos moldes do MODELO nº 09 em anexo.

XI – Relação de atrasos de pagamento de servidores municipais, se houver;

XII – Apresentação de demonstrativo de movimento do CAIXA (livro-caixa), controle computadorizado dos lançamentos etc, bem como das contas-correntes dos bancos, escriturados até o último dia do mandato;

XIII – Relação dos balancetes e balanços não apresentados ao Tribunal de Contas do Estado para apreciação, conforme o MODELO 10 em anexo;

XIV – Relação de atos que, no período proibitivo eleitoral (01/07 a 31/12 do ano eleitoral), importem na concessão de reajuste de vencimentos desde o último reajustamento, ou importem em nomear, admitir, contratar ou exonerar de ofício, demitir, dispensar, transferir, designar, readaptar ou suprimir vantagens de qualquer espécie do servidor público estatutário ou não, da administração pública centralizada ou descentralizada do Município, bem como a realização de concurso público no mesmo período.

XV – Cópia do processo de Prestação de Contas, do último exercício, remetido ao Tribunal de Contas.

***(\*) Redação dada pela Resolução nº 08 de 26.10.04, acrescidos os seguintes incisos:***

**XVI - comprovante de que a Prefeitura encontra-se regular quanto aos repasses devidos aos Fundos Próprios de Previdência, se houver;**



**XVII - comprovante de que o Fundo Próprio de Previdência está cumprindo o disposto no § 3º, do art. 17 da Portaria n.º 4.992, de 05 de fevereiro de 1999, do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, que regulamentou o inc. VIII, do art. 6º da Lei Federal n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, no que se refere à taxa de administração do referido fundo.”**

**Art. 3º** - Ocorrendo a hipótese de não haver sido elaborado um ou mais balancetes do exercício findo, deverão ser apresentadas ao novo Prefeito as relações discriminativas das receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias, elaboradas mês a mês e acompanhadas de toda a documentação comprobatória, na forma do MODELO 11 em anexo.

**Art. 4º** - Além dessas providências, tidas pelo Tribunal de Contas como importantes para garantia da normalidade da transição, são sugeridas outras destinadas ao conhecimento da realidade municipal, tais como:

I – Verificação da Legislação Básica do Município:

- a) Lei Orgânica do Município;
- b) Leis Complementares à Lei Orgânica;
- c) Regimento Interno das Administrações Diretas e Indiretas;
- d) Regime Jurídico Único;
- e) Lei de Organização do Quadro de Pessoal;
- f) Estatuto dos Servidores Públicos;
- g) Lei de Parcelamento do Uso do Solo;
- h) Lei de Zoneamento;
- i) Código de Postura;
- j) Código Tributário
- k) Plano Diretor, quando exigido.

II – Projetos de Lei em tramitação na Câmara Municipal para análise de sua conveniência atual.



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fl. _____
Rub. _____

**Art. 5º** - Os documentos enumerados no artigo 2º, e se for o caso, os enumerados no artigo 3º desta Resolução, deverão ser lavrados em papel timbrado do Município e assinados pelo Prefeito, pelo Secretário e pelo Tesoureiro Municipal.

**Art. 6º** - Empossado no cargo de Prefeito Municipal em 1º de janeiro, o novo administrador deverá:

I – Receber os levantamentos, demonstrativos e inventário de que trata o artigo 2º, incisos e alíneas, bem como as relações especificadas no artigo 3º, caso haja, emitindo recibo ao ex-Prefeito, sendo, no entanto, ressalvado que a exatidão dos números ali consignados será objeto de conferência posterior e só então validados;

II – Nomear Comissão composta de técnicos de sua confiança para proceder a conferência das informações constantes dos documentos previstos nos artigos 2º, 3º e 4º desta Resolução;

III – Promover a alteração dos cartões de assinaturas nos estabelecimentos bancários em que a Prefeitura mantém conta-corrente.

§ 1º Cumpre à Comissão de que trata o inciso II deste artigo:

- a) Verificar se dos valores constantes do Termo de Conferência de Caixa, não foram relacionados como moeda documentos tais como vales, notas promissórias, cheques de terceiros sem provisão de fundos e outros. Ocorrendo o fato, deverá ser determinada a elaboração de um termo no qual fiquem evidenciados os documentos e seus valores. De posse do termo, convocar-se-á o ex-Prefeito para que os converta em moeda corrente; recusando-se este a fazê-lo, a importância total será levada à sua responsabilidade, providenciando-se as medidas necessárias ao ressarcimento das respectivas importâncias ao erário municipal;



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fl. _____
Rub. _____

- b) Apontar as possíveis diferenças monetárias apuradas quando da conferência dos saldos disponíveis em caixa e em banco, as quais darão origem aos lançamentos relativos à responsabilização do ex-Prefeito, que será devidamente notificado para recolhimento;
- c) Confrontar o levantamento elaborado pela administração que se encerra com aquele constante do Balanço Geral e também com os bens móveis existentes no acervo municipal, elaborando termo oficial que dê conhecimento dos bens faltantes, notificando o ex-Prefeito da ocorrência, para fins da adoção das providências reparadoras;
- d) Levantar os atos praticados em discordância com o que preceitua o § 2º do artigo 59 da Lei Federal nº 4.320/64, ou seja, compromissos financeiros assumidos para execução após o término do mandato, para avaliação da conveniência ou não da administração em honrá-los.

**Art. 7º** - Em verificando a hipótese da não-apresentação de nenhum dos demonstrativos elencados nos artigos 2º, 3º e 4º, ou, pelo menos, daqueles que permitam o conhecimento da situação orçamentária contábil, financeira e patrimonial e, mais ainda, indícios de irregularidades graves e ou desvios de recursos públicos, deverá a comissão prevista no inciso II do artigo 6º, emitir parecer técnico conclusivo em tempo hábil.

**Art. 8º** - O novo Prefeito deverá remeter cópia dos documentos mencionados no artigo 5º, ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal.

**Art. 9º** - As disposições aqui previstas, aplicam-se, no que couber, também ao Prefeito reeleito, à Administração indireta e às fundações.

**Art. 10** – Os modelos anexos são exemplificativos, devendo o modelo





Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fl. _____
Rub. _____

adotado conter, no mínimo, as informações solicitadas.

**Art. 11** – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Publique-se.**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em  
Cuiabá, 11 de agosto de 2004 .

Conselheiro Ary Leite de Campos - Presidente

Conselheiro Ubiratan Spinelli

Conselheiro Branco de Barros

Conselheiro Antonio Joaquim

Conselheiro José Carlos Novelli - Vice-Presidente

Conselheiro Valter Albano

Conselheiro Júlio Campos - Corregedor-Geral



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fl. _____
Rub. _____

Fui presente  
CM

Procurador de Justiça, dr. Mauro Delfino César

**MODELO Nº 01**  
**(ART. 2º III, a)**

**TERMO DE VERIFICAÇÃO DE SALDO EM CAIXA**

Aos 31 dias do mês de dezembro de 200(4), designados pelo Sr. Prefeito Municipal de \_\_\_\_\_, os servidores abaixo assinados \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, procederam à verificação do dinheiro (moeda corrente do país) existente no dia mencionado em poder e sob a guarda do Tesoureiro da Prefeitura, Sr. \_\_\_\_\_, havendo constatado que o numerário é da ordem de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) e que em tal importância não se inclui nenhum papel ou documento da espécie dos vales ou cautelas, consistindo única e exclusivamente em papel-moeda em circulação. O referido é verdade, e por esta declaração se responsabilizam os signatários, inclusive o próprio Tesoureiro, que também afirma em sinal de sua concordância.

Este documento é feito em cinco vias do mesmo teor, destinadas: a primeira à documentação do Tesoureiro; a segunda, ao arquivo da Prefeitura; a terceira, ao Prefeito; a quarta à anexação ao balancete mensal de dezembro de 200(4) e a quinta, a encaminhamento ao Tribunal de Contas, com ofício do Prefeito.

Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_, em 31 de dezembro de 200(4).

**VERIFICADORES**



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC Fl. _____ Rub. _____
-------------------------------

1º Secretário: \_\_\_\_\_

2º Secretário: \_\_\_\_\_

**MODELO Nº 02**

**(ART. 2º III, b)**

**TERMO DE VERIFICAÇÃO DE SALDOS BANCÁRIOS**

Aos 31 dias do mês de dezembro de 200(4), designados pelo Sr. Prefeito Municipal de \_\_\_\_\_, os servidores abaixo assinados \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, procederam à verificação dos saldos da Prefeitura existentes em bancos, havendo chegado à seguinte conclusão: 1º) que a agência local do Banco do Brasil S/A / CEF/ \_\_\_\_\_ informou existir na conta nº \_\_\_\_\_ aberta em nome da Prefeitura, um saldo de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) no dia, mês e ano acima mencionados; 2º) que a agência local do Banco \_\_\_\_\_ informou existir na Conta nº \_\_\_\_\_, aberta em nome da Prefeitura, um saldo de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), também no dia, mês e ano referidos; 3º) que a Prefeitura não tem nenhuma outra conta bancária, aberta e com saldo, a não ser as aludidas nos itens 1º e 2º; 4º) que os dados mencionados em 1º e em 2º resultam de informações prestadas pelos bancos, nos extratos das contas que os signatários solicitaram e obtiveram dos mesmos bancos; 5º) que ao confrontarem os valores constantes do extrato bancário com as informações correspondentes fornecidas pelo Sr. Tesoureiro como sendo as componentes das contas da Prefeitura Municipal de nº \_\_\_\_\_, no Banco do Brasil S/A os signatários constataram que no dia 31 de dezembro de 2004, não havia sido lançadas os depósitos de número \_\_\_\_\_, dos valores de R\$ \_\_\_\_\_, nem haviam sido apresentados a pagamento os seguintes cheques, emitidos contra aquela conta, destinados, por ordens expressas do Sr. Prefeito, a pagar processos regulares de despesas: a) Cheque n º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, da quantia de R\$ \_\_\_\_\_



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fl. _____
Rub. _____

( \_\_\_\_\_ ), Sr. \_\_\_\_\_, para pagar o Processo nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_; b) Cheque nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, da quantia de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), emitido em nome do Sr. \_\_\_\_\_, para pagar o Processo nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_; 6º) que ao confrontarem, como o fizeram o registro dos depósitos, dos saques e do saldo constantes do extrato bancário, com os valores e dados correspondentes informados pelo Tesoureiro como componentes da conta nº \_\_\_\_\_, do Banco \_\_\_\_\_, puderam os signatários constatar a perfeita equivalência entre os dados e o saldo fornecido pelo Sr. Tesoureiro, sem qualquer discrepância; 7º) que em razão do narrado e do registrado nos itens anteriores, no dia 31 de dezembro de 200(4), eram os seguintes os saldos verdadeiros das contas da Prefeitura em Bancos: a) no Banco do Brasil S/A, o saldo constante do extrato bancário mais o valor dos depósitos não lançados, menos o valor dos cheques ainda não apresentados R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ); b) no banco \_\_\_\_\_ R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ). Total em bancos, R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ). Era o que nos cumpria certificar.

Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_, em 31 de dezembro de 200(4).

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Os valores acima declarados são verdadeiros.

Em 31 de dezembro de 200(4).

\_\_\_\_\_  
Tesoureiro

Visto: \_\_\_\_\_



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC  
Fl. \_\_\_\_  
Rub. \_\_\_\_

Prefeito Municipal

**MODELO 03**

**(ART. 2º III, c)**

**Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_**

**CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**

BANCO: \_\_\_\_\_

SALDO em 31/12/200(4) R\$ \_\_\_\_\_

VALOR dos cheques não descontados R\$ \_\_\_\_\_

SALDO real em 31/12/200(4) R\$ \_\_\_\_\_

BANCO: \_\_\_\_\_

SALDO em 31/12/200(4) R\$ \_\_\_\_\_

VALOR dos cheques não descontados R\$ \_\_\_\_\_

SALDO real em 31/12/200(4) R\$ \_\_\_\_\_

**RELAÇÃO DOS CHEQUES EMITIDOS E NÃO DESCONTADOS**

Nº	Cheque nº	BANCO	VALOR
SOMA			



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC  
Fl.\_\_\_\_  
Rub.\_\_\_\_

**MODELO Nº 04**  
**(ART. 2º IV)**

**Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_**

**RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR**

**Exercício 200(4)**

<b>Nº</b>	<b>CREDOR</b>	<b>DOTAÇÃO</b>	<b>EMPENHO</b>	<b>VALOR</b>
<b>Soma Total</b>				



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC  
Fl. \_\_\_\_  
Rub. \_\_\_\_

**MODELO Nº 05**  
**(ART. 2º V)**

Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_

**RELAÇÃO DAS DESPESAS REALIZADAS, PORÉM NÃO EMPENHADAS (PAGAS E NÃO PAGAS)**

DATA/EMIÇÃO	NOTA FISCAL	CREDOR	VALOR
TOTAL DA DESPESA			



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC  
Fl. \_\_\_\_  
Rub. \_\_\_\_

**MODELO Nº 06**  
**(ART. 2º VI)**

**Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_**

**DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA**

<b>CREDOR</b>	<b>DATA DO VENCIMENTO</b>	<b>VALOR</b>
<b>TOTAL DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA</b>		





Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC  
Fl. \_\_\_\_  
Rub. \_\_\_\_

**MODELO Nº 06-a**  
**(ART. 2º VI)**

Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_

**RELAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATADOS POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA E  
NÃO LIQUIDADAS**

LEI Nº \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

CREDOR	DATA DO VENCIMENTO	VALOR DO CONTRATO	PARCELAS RESGATADAS	SALDO R\$



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC  
Fl.\_\_\_\_  
Rub.\_\_\_\_

**MODELO Nº 07**  
**(ART. 2º VIII)**

**Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_**

**Relação dos Bens Patrimoniais em 31.12.200(4)**

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Qtde</b>	<b>Destino</b>	<b>Exercício de Aquisição</b>	<b>Valor</b>



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC  
Fl.\_\_\_\_  
Rub.\_\_\_\_

**MODELO Nº 08**  
**(ART. 2º IX)**

**Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_**

**Levantamento dos Bens de Consumo existentes em almoxarifado em 31.12. 200(4).**

<b>Qtde</b>	<b>Especificação</b>	<b>Setor responsável pela guarda</b>	<b>Valor</b>



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC Fl. _____ Rub. _____
-------------------------------

**MODELO Nº 09**  
**(ART. 2º X)**

Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_

**RELAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E SEUS VENCIMENTOS**

Anexo o Quadro de Pessoal da Prefeitura, aprovado conforme Lei nº \_\_\_\_\_ de  
\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Nº cargo	Data de Admissão	Nome e Nível	Vencimento

Total dos Vencimentos dos Servidores Municipais R\$ \_\_\_\_\_



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC  
Fl.\_\_\_\_  
Rub.\_\_\_\_

**MODELO Nº 10**  
**(ART. 2º XIII)**

**Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_**

**RELAÇÃO DE BALANÇOS E BALANCETES NÃO APRESENTADOS AO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO EM 31.12.200(4)**

EXERCÍCIO	BALANCETE OU BALANÇO	JUSTIFICATIVA



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC  
Fl. \_\_\_\_  
Rub. \_\_\_\_

**MODELO 11**

**(Art. 3º)**

**Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_**

**RELAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS MESES EM ABERTO**

Saldo em Caixa em (último balancete) \_\_\_\_\_ R\$ \_\_\_\_\_

Saldo em Bancos em (último balancete) \_\_\_\_\_ R\$ \_\_\_\_\_

**Total Disponível do mês anterior** \_\_\_\_\_ **R\$** \_\_\_\_\_

**RECEITA DO MÊS**

Receita Orçamentária do mês de \_\_\_\_\_ R\$ \_\_\_\_\_

Receita Extra Orçamentária do mês de \_\_\_\_\_ R\$ \_\_\_\_\_

**Total Geral da Receita** \_\_\_\_\_ **R\$** \_\_\_\_\_

**DESPESA DO MÊS**

Despesa Orçamentária do mês de \_\_\_\_\_ R\$ \_\_\_\_\_

Despesa Extra Orçamentária do mês de \_\_\_\_\_ R\$ \_\_\_\_\_

**Total da despesa de** \_\_\_\_\_ **R\$** \_\_\_\_\_

**RESUMO**

Total da Receita de \_\_\_\_\_ R\$ \_\_\_\_\_

Total da Despesa de \_\_\_\_\_ R\$ \_\_\_\_\_

**Saldo Disponível para o mês seguinte** \_\_\_\_\_ **R\$** \_\_\_\_\_



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso  
Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC  
Fl.\_\_\_\_  
Rub.\_\_\_\_

---

**DISPONÍVEL**

Em caixa (em moeda corrente) \_\_\_\_\_ R\$ \_\_\_\_\_  
Em Bancos \_\_\_\_\_ R\$ \_\_\_\_\_  
**TOTAL DO DISPONÍVEL** \_\_\_\_\_ **R\$** \_\_\_\_\_

**Obs:** A presente demonstração deverá ser acompanhada dos documentos de Receita e Despesa